

O sub-secretário de Estado da Cultura está cada vez mais isolado. Até Santana Lopes lhe virou as costas. O representante do secretário de Estado na inauguração da Feira do Livro foi o presidente do IPL e não Sousa Lara.

Santana Lopes finta Lara

O sub-secretário de Estado da Cultura, António Sousa Lara, está a sofrer as consequências do «caso Saramago». Primeiro, Santana Lopes e Artur Anselmo, o presidente do Instituto Português do Livro, voltam atrás e incluem novamente o nome do autor de «Evangelho segundo Jesus Cristo» na lista de candidatos ao Prémio Literário Europeu, desautorizando Sousa Lara. Agora, a bofetada foi dada por Santana Lopes, ao nomear Artur Anselmo representante da secretaria de Estado da Cultura na cerimónia de inauguração da Feira do Livro de Lisboa que ontem se realizou, às 18h. O mais natural seria que a substituição de Santana Lopes fosse assegurada pelo sub-secretário de Estado, já que é este último quem detém o pelouro do livro na SEC.

No entanto, o que aconteceu foi bem diferente. Uma fonte governamental garantiu ao nosso jornal que Santana Lopes delegou directamente em Artur Anselmo essa representação, não ouvindo sequer a opinião do subsecretário de Estado, de quem o próprio Artur Anselmo depende. É mais um indício do isolamento progressivo a que Sousa Lara está a ser sujeito na secretaria de Estado.

Mentira e ignomínia

Mas o caso Saramago não está a afectar o autor de *Memorial do Convento*. Pedro Tamen, outro dos candidatos ao Prémio Europeu de Literatura, em conversa com o *Semanário*, acusou Rosado Fernandes, presidente da Confederação dos Agricultores Portugueses, de estar a fazer declarações «infames, mentirosas e ignominiosas» a seu respeito. Rosado Fernandes tem acusado Tamen de se ter prestado a ocupar o lugar dos ex-administradores da Fundação Gulbenkian, Vitor de Sá Machado e Guimarães Lobato, logo que este foram saneados da Administração da Fundação. Tamen defende-se dizendo que foi «legalmente convidado, nos termos do Conselho de Administração», sabendo, então, que houve um saneamento, mas que «mal



Santana Lopes está a deixar cair Sousa Lara. Para a inauguração da Feira do Livro de Lisboa, o secretário de Estado delegou a sua representação directamente em Artur Anselmo

sabia o que estava a acontecer», já que estava «demasiado afastado daqueles meios». O poeta, entretanto, reconsiderou a anterior posição quanto à inclusão do seu nome no Prémio Literário Europeu. Quando o Governo emendou a censura à obra de Saramago, Pedro Tamen deixou de ver qualquer razão para manter a sua recusa em ser designado candidato ao prémio, deixando bem claro que nunca se solidarizou com José Saramago. «Simplesmente afastei-me de uma atitude censória que condeno, em relação a qualquer escritor» - diz o actual administrador da Gulbenkian.

Mundo de loucos

José Saramago é que continua firme na sua posição. O escritor revelou ao *Semanário* que vai recorrer a um júri internacional para que o seu nome não seja incluído no Prémio Europeu de Literatura. E diz que se o júri internacional não reconsiderar a sua candidatura, então terá de chegar à conclusão que vive num mundo de loucos. «Não não quero que o meu livro entre nesse prémio», faz

questão de sublinhar enquanto apelida Sousa Lara de «tonto» pela actuação em todo este caso.

A polémica que estalou com a decisão de Lara de retirar o nome do autor de *Jangada de Pedra* da lista

de candidatos, fez chegar à luz do dia um autêntico lavar de roupa suja. E Saramago é acusado de ter tomado atitudes censórias quando era director do *Diário de Notícias*, em 1975. «Não sinto obriga-

ção de dar qualquer resposta agora, só quando achar uma boa ocasião» - refere. Mas o escritor recusa-se a «entrar num jogo, em que se lança poeira para os olhos para esconder outras atitudes».

E diz que não se sente na obrigação de responder agora a essas acusações. Só o fará - garante - «quando aparecer uma boa ocasião».

Henrique Botequilha

Revisão limitada a Maastricht

A revisão constitucional limitada a Maastricht vai ser aberta por quatro pontos dos votos nos próximos quinze dias. Foi o que resultou dos encontros entre Guterres e Cavaco Silva, como esta semana explicou à direcção do PS o seu secretário-geral. E foi também a linha de força da intervenção de Rui Machete ontem no Parlamento, depois de ter sido mandado pelo Primeiro-Ministro para conduzir mais uma vez um processo de revisão em nome dos social democratas. Houve cedências mútuas: Guterres teve de aderir à necessidade de uma revisão antecipada apesar das críticas que sobre este mesmo tema dirigiu aos sampaistas na preparação do Congresso;

Cavaco Silva foi forçado a abandonar para já a reivindicação de uma reforma alargada permitindo a reformulação das leis eleitorais e em especial o voto dos emigrantes para a Presidência da República.

Tratado na AR

O Tratado, aprovado pelo Governo, poderá dar entrada na Assembleia já na segunda-feira. Barbosa de Melo já anunciou em conferência de líderes que o remetará de imediato à comissão dos assuntos constitucionais, a qual com os votos do PSD e do PS se pronunciará pela necessidade de previamente se proceder a alterações da Lei Fundamental. Seguir-se-á uma resolução

em plenário dos mesmos dois partidos que por quatro quintos, abrirá o processo de revisão. Um mês depois, fins de Junho, começarão os trabalhos na comissão especializada. A revisão poderá estar concluída em Julho. A ratificação de Maastricht será possível em Setembro, em reunião extraordinária do Parlamento. O PS ganha assim um prolongamento da sessão legislativa durante o Verão, tradicionalmente uma época baixa para a Oposição. E ainda uma reunião extraordinária, em vésperas do início da campanha para as eleições regionais. O PSD conformou-se com este calendário, tendo em conta os imperativos que resultam da Lei - foi a informação que obtive-

mos. Não haverá, portanto, referendo. O projecto do CDS foi liminarmente «chumbado» ontem na Assembleia e na reunião de quinta-feira do Conselho de Estado, sob «a batuta» de Almeida Santos, houve unanimidade contra a inconstitucionalidade e inadequação do referendo sobre Maastricht. Soares manteve-se silencioso sobre esta polémica preferindo pôr a acento tónico no seu empenhamento nos avanços da União Europeia, proporcionados pelo Tratado. Maastricht não suscita em Portugal as rejeições nacionalistas de outros países. O essencial da discussão tem sido de ordem processual.

JT